

Elisa Palermo
(CONICET - UBA)
María Alma Tozzini
(CONICET - UBA)

O trabalho de campo etnográfico está cheio de surpresas, inseguranças, angústias, decepções ou mal-entendidos que necessitam tanto de ferramentas teórico-metodológicas como de um bom *jogo de cintura* para ser driblados. Porém, quando lemos uma etnografia, o que os autores geralmente nos oferecem é um relato coerente, livre de obstáculos, no qual foi silenciada a maioria das circunstâncias práticas – e, muitas vezes, dificultosas – em que a pesquisa foi levada a cabo. Contudo, socializar as dificuldades e os ensinamentos de nosso trabalho de campo, compartilhar nosso diário de campo e descobri-lo como nossa principal fonte de pesquisa pode ajudar a outros investigadores a enfrentar o campo com melhores ferramentas.

Ao longo das páginas de *“Entre saias justas e jogos de cintura”*, cada uma das autoras vai revelando as *“saias justas”* que tiveram que sobrelevar durante seu trabalho de campo e os *“jogos de cintura”* que puseram em prática para eludir as dificuldades.

As compiladoras, Alinne Bonetti e Soraya Fleischer, nos propõem um percurso por doze artigos que desvelam as aventuras e desventuras das primeiras etapas da formação acadêmica de pós-graduação de doze mulheres antropólogas. A proposta é original; não somente por ser uma compilação que fala específica e exclusivamente de temas relacionados ao trabalho de campo em si, mas porque, além disso, trata de pesquisas realizadas por mulheres que estão em momentos iniciais de sua formação como antropólogas, o que permite vislumbrar como uma nova geração pensa, pratica e reinventa o clássico trabalho de campo. São doze artigos que lançam luz sobre a (invisibilizada) diferença entre ser homem ou mulher no campo, e que revelam como uma formação acadêmica que pode ser entendida como *“eminentemente masculina”* (p. 20) é ressignificada por corpos femininos no campo.

Entre saias justas não tenta ser um manual de *“problemas e soluções”*, mas sim retratar as vivências inesperadas que as pesquisas nos impõem e que nos levam a um processo constante de formulação de perguntas, nos ensinando que fazer etnografia é, principalmente, formular perguntas.

Desde a introdução, o livro já se revela inovador. Com um exercício sumamente criativo, Bonetti e Fleischer dão via livre a um “experimento etnográfico-literário”, criando uma situação ficcional na qual uma jovem antropóloga em pleno trabalho de campo entrevista a duas colegas, compiladoras de um livro que reúne artigos sobre situações de campo de mulheres etnógrafas. À medida que avança a “entrevista”, Bonetti e Fleischer contam o processo de concepção e produção do livro. Em total coerência com o objetivo da compilação, essa situação etnográfico-literária vai revelando ao leitor – como se se tratasse das anotações de um diário de campo – os bastidores da inspiração e da realização do livro, marcadas pelas dificuldades e soluções do próprio trabalho de campo das compiladoras em sua pesquisa para o doutorado.

O percurso começa com o texto de Carmen Susana Torquinst, que reflete sobre as implicações de investigar aspectos de um movimento social no qual ela mesma “militava”: um grupo local que estimulava o parto humanizado. A autora relata a dificuldade encontrada ao querer suspender momentaneamente os vínculos e as tarefas como ativista para poder se dedicar a escrever sua tese doutoral. Enquanto Tornquist, como antropóloga, tentava se doutorar, o grupo colocava permanentemente em suspeita a legitimidade social do conhecimento acadêmico e disputava a urgência de “sua” agenda frente à agenda acadêmica da investigadora. Tornquist mostra a necessidade de trabalhar reflexiva e metodologicamente com aquela fronteira onde se unem e se distanciam o duplo papel de investigadora e ativista, explicando que se aprofundar nessa interseção implica estranhar as próprias certezas, ao introduzir a alteridade e o olhar desnaturalizadores naquilo que nos é familiar.

Com uma tônica similar, o artigo de Mônica Dias traça as implicações de sua subjetividade na pesquisa. Interessada na identidade e na religiosidade negra em *terreiros* de Umbanda, Dias – de formação católica – relata as tensões sofridas no campo e analisa como o encontro com um *caboclo* incorporado em um *pai de santo* lhe produziu conflitos com suas próprias crenças religiosas ao encontrar a si mesma inesperadamente em situações de desmaios e aturdimento. Diante da força com a que o campo se impunha a ela, Dias se pergunta se há uma questão de gênero que escapa ao controle do treinamento antropológico, e se ela será – por ser mulher – mais passional frente aos fatos. Sem nos dar uma resposta, Dias propõe uma interessante reflexão sobre o trabalho etnográfico e o processo de estranhamento, expondo a necessidade de não resistir ao contato com o outro e de não impor conceitos pré-estruturados, o que não implica “se tornar” outro, mas sim permitir ao outro a entrada e experimentar sua lógica.

No terceiro capítulo, é apresentado o trabalho de Larissa Pelúcio, que também desanda os caminhos da *exotização do familiar* e a *familiarização do exótico*. A autora, que trabalha com travestis que se prostituem e com seus clientes na cidade de São Paulo, nos traz episódios em que seu excesso de confiança no campo a levou, ingenuamente, a desconsiderar o entorno e a realidade local – uma região onde a prostituição, o tráfico e a violência são a tônica – e superestimar os sujeitos de sua pesquisa. Mostrando-nos suas dificuldades e aprendizagens no campo, Pelúcio apresenta uma discussão elementar sobre a necessidade de exercitar o estranhamento do familiar quando a “aldeia” se encontra em nossa própria cultura e nos revela o difícil exercício de entender o que é o que torna exótico e perigoso um grupo (neste caso, os travestis) dentro de um contexto social familiar. Demonstra

como foi se acomodando e construindo seu lugar de pesquisadora, negociando com o grupo investigado seus próprios marcadores identitários (classe, gênero, sexualidade), a tal ponto que aquilo que parecia ser um obstáculo no começo de sua pesquisa passou a ser vantajoso para as relações estabelecidas no campo.

Considerando as incertezas próprias da aprendizagem do ofício de etnógrafo como instrumentos privilegiados de conhecimento e tomando a sexualidade como objeto de estudo, o artigo de Nádía Meinerz enfoca o gênero e a diversidade de classificações identitárias. Meinerz se propõe desentranhar a diversidade de relações *homoeróticas* subsumidas à categoria de homossexualidade feminina e analisa as implicações que sua própria condição de mulher e heterossexual (uma *outsider* do grupo estudado) teve como obstáculo ou vantagem para levar adiante a pesquisa. Objetivando esta situação, a autora reflete sobre a necessidade de conhecer a partir da diferença, priorizando e tomando o estranhamento e a relativização como instrumentos de análise.

Quase como contraponto do artigo anterior, o trabalho de Paula Machado –centrado em temáticas de escolhas sexuais e reprodutivas – nos aproxima sua vivência de ser mulher fazendo trabalho de campo entre homens de setores populares em uma favela de Porto Alegre. O trabalho reflete sobre as “voltas ao campo” quando se estudam terrenos conhecidos previamente a partir de outras funções ou profissões (em seu caso, como psicóloga). Machado disserta acerca das interpelações que os sujeitos lhe faziam localizando-a várias vezes em sua profissão “anterior”, o que implicou na necessidade de um esforço para poder ser categorizada novamente pelos “outros” e de uma vigilância epistemológica que lhe permitisse rever o campo com um olhar renovado, despojando-se do conhecimento “anterior” e desnaturalizando as próprias certezas. Por outro lado, Machado introduz uma interessante discussão a respeito dos limites que temas como o da sexualidade impõem às formas “clássicas” de observação participante e de entrevista por se tratar, em muitos casos, de situações “indizíveis”, e nos conta como supriu a inaplicabilidade de técnicas clássicas. Por fim, a autora explica de que maneira, trabalhando com homens, também teve que negociar seu lugar com as “outras” mulheres e em que medida essa disputa cotidiana abriu as portas para um melhor entendimento a respeito da relação entre gêneros, permitindo-a uma reflexão sobre a necessidade de “construir abordagens más éticas na cotidianidade da pesquisa” (p. 183)

A questão de gênero também está presente no trabalho de Fernanda Noronha que investiga as relações entre gêneros de jovens que praticam *hip hop* nas ruas de São Paulo. Noronha se propunha aceder às relações de gênero através de uma abordagem, justamente, relacional; portanto, construir esse conhecimento através do trabalho de campo com homens não se constituía um limite, pois seria o olhar e a análise da antropologia o que construiria conhecimento sobre as relações entre gêneros. Objetivando sua posição de *outsider* do grupo estudado (por ser mulher, branca e mais velha que os sujeitos), a autora definiu estratégias metodológicas que lhe permitiram converter as diferenças em ferramentas habilitadoras de conhecimento.

Andréa de Souza Lobo escreve seu artigo “do campo”, em Boa Vista, Cabo Verde. O “estar ali” para ela não é somente uma questão geográfica, mas implica também ter se casado e ter tido um filho com um caboverdiano, passando a formar parte de redes familiares locais. Ser mulher, mãe e estrangeira foram tópicos que marcaram em Lobo um “voltar a olhar” antropológico (pois tinha se afastado momentaneamente da vida acadêmica) sobre

sua nova realidade. Seu projeto buscava analisar como os boavistenses objetivavam a relação com os “outros” e as transformações que a partir desses contatos iam se registrando no espaço doméstico. Por demais sugestiva é a maneira criativa na qual a autora resolve a ansiedade que tanto seus amigos como seus parentes demonstravam ao não entender qual era seu trabalho. Para estudar o (próprio) espaço doméstico, ela teve que se alienar dele e se impor um papel de “trabalhadora” a partir do qual pudesse obter informações e construir dados. Tendo chegado a Cabo Verde com uma idéia clássica de etnografia de *tornar familiar o exótico*, a partir de situações pessoais, para seguir pesquisando Lobo teve que realizar, mesmo em um país estrangeiro e sendo uma *outsider*, a operação inversa: *tornar exótico o familiar*. Como afirma a autora, hoje conhecemos a partir da alteridade, pois o outro se soma a nosso mundo. Do que se trata, em definitiva, é de entender o que significa e provoca em antropólogos, nativos e leitores essa *fusão de horizontes*.

No oitavo capítulo, Kelly Da Silva – cuja pesquisa versava sobre o processo de construção do Estado Nacional no Timor Leste e a influência da ONU na reestruturação dos mecanismos estatais dessa ilha do sudeste asiático – traça interrelações entre trabalho de campo, gênero e poder. Ao longo do texto, Da Silva explora como certas características de sua identidade participaram, influíram e condicionaram o desenvolvimento de sua pesquisa, interagindo com o campo de poder objeto de seu estudo. A autora relata que o fato de ser mulher, brasileira e falar tétum fez que suas redes de contatos fluíssem com relativa facilidade. Não menos importante é sua contribuição à discussão sobre a relação conjugal no campo, que por momentos impedia os assédios sexuais a que podia estar exposta, mas que, em certos momentos, achava estratégico ocultar.

No caso do artigo de Daniela Cordovil, apesar do foco estar posto no trabalho de campo em si, também encontramos uma abordagem das diversas implicações de estar sozinha ou acompanhada no campo. Cordovil explica que rever as condições de produção do próprio trabalho de campo suscita uma crítica de nossa própria etnografia e se pergunta (e nos desafia) se os problemas teóricos que ela perseguia em sua pesquisa eram os problemas de seus informantes ou se estavam em sua cabeça, ou na de outros investigadores que deles se ocupam. A autora esclarece que estamos longe de encontrar uma solução para esse desafio. Tendo chegado por primeira vez a Cururupu, no Maranhão, como estudante de música, com a intenção de conhecer a música indígena, Cordovil nos mostra a construção de seu objeto de estudo relatando suas sucessivas viagens e as diferentes situações que se apresentaram, desvelando que foi somente ao voltar do campo e poder “dialogar” e confrontar os dados com a literatura especializada sobre cultos afro-brasileiros que pôde ver que o campo se impunha à teoria, começando então a discutir a relação entre magia, ciência e sincretismo. A autora nos insta a nos apropriarmos do que o campo é capaz de nos proporcionar e do acaso na escolha do objeto de estudo, acaso que é, em definitivo, a essência da qual se nutrem nossas etnografias.

Um pouco na contramão da proposta de Cordovil, encontramos o capítulo de Diana Milstein. Essa antropóloga, interessada em investigar as práticas vinculadas a lutas por alguma forma de poder na cotidianidade de uma escola da periferia de Buenos Aires, relata que sua observação participante e seu trabalho na escola não conseguiam revelar totalmente as relações sociais aí imperantes e seus vínculos com a comunidade local. A criação

de uma oficina coordenada por ela com a participação de um grupo de crianças entre 10 e 14 anos que fizeram entrevistas, visitas à comunidade e tiraram fotos terminou redirecionando sua própria pesquisa, e a perspectiva das crianças permitiu a ela entender a relação entre a praça e a escola, e a importância daquela como espaço público atravessado por estratégias de sobrevivência levadas a cabo por pessoas da comunidade com maior ou menor nível de organização política e social.

O texto de Patricia de Araujo Brandão Couto resulta interessante por seu original ponto de partida para a reflexão metodológica: aquilo que denomina “pré-campo”, ou seja, situações que imprevisivelmente influem e condicionam nossas posteriores escolhas a respeito de nossos objetos de estudo. A autora começa distinguindo situações que poderiam ser chamadas de “experiência” de outras que revistem em si “uma experiência”, por sua capacidade de ser isoladas, de se converter em fatos paradigmáticos e de poder refletir sobre elas. Assim, Couto se dispõe a analisar “uma experiência” que para ela seria definidora de seus posteriores interesses de pesquisa. Partindo de uma viagem realizada para se reencontrar com parte de sua própria história, o artigo aborda a experiência de deslocamento que a autora vive como viajante, ao ser considerada - por taxonomias locais - uma turista. A partir dessa experiência, começa a pensar nas consequências que o turismo está gerando nesse lugar, construindo a partir dele uma problemática antropológica na qual nunca tinha pensado.

O último artigo, de Isabel Santana de Rose, aproxima-nos da problemática de como lidar com as tensões que são geradas quando o compromisso e o interesse pessoal e acadêmico estão indissolúvelmente ligados. Santana de Rose compartilha com o leitor sua experiência de campo em uma comunidade do Santo Daime, em Minas Gerais, onde chega interessada em conhecer os estados modificados de consciência e as “plantas de poder”. Depois de frequentar os rituais *daimistas* por alguns meses, ela decide se comprometer com a doutrina e se ligar pessoalmente ao Santo Daime. A autora reflete sobre o familiar e o exótico (atravessados, uma vez mais, pela condição de gênero da autora), sobre as relações entre o estar “aqui” e “lá” e sobre os limites e as superposições entre suas crenças e a necessidade de “tomar distância” para poder levar a cabo sua pesquisa.

Finalmente, o posfácio escrito a modo de carta por Claudia Fonseca nos oferece breves análises dos textos. Perguntando-se o que faz ela - uma antropóloga da “velha” geração - em meio à escritura deste posfácio, Fonseca ressalta que as narrativas estão marcadas por um aspecto determinado da subjetividade de cada investigadora: a sensação de vulnerabilidade que vivem durante suas experiências iniciais no campo – residindo ali o particularmente feminino ao assumir dessa maneira os momentos de fraqueza. Fonseca explica que aí radica sua riqueza. As autoras do livro, diz Fonseca, não optam por saídas fáceis, mas sim por aceitar os desafios, o que implica um processo de aprendizagem. O livro, com sua dimensão não-essencialista, não-exclusivista e com tolerância a orientações teóricas variadas, revela o interesse de uma antropologia que aprecia o trabalho de campo sem, por isso, perder de vista as aspirações teóricas desse saber.

Sabemos que não há receitas para o trabalho de campo e, ainda bem, este livro também não tem intenções de oferecê-las. Contudo, a leitura de todas essas experiências faz com que nós, outras pesquisadoras, orientemo-nos ao pensamento crítico, à reflexão e à reflexividade; convida-nos a levar a cabo um movimento intelectual, a

interpretar o campo entendendo que somos necessariamente parte dele. Em definitivo, chama-nos a fazer uma viagem ao interior de nossas próprias pesquisas e ao interior de nós mesmas.

Elisa Palermo é doutoranda em Antropologia Social no CONICET/Universidade de Buenos Aires.

María Alma Tozzini é doutoranda em História Regional no CONICET/Universidade de Buenos Aires.